



## **Inovatio Juris**

*Inovatio Juris Journal*

2(2): 98-118, 2023

ISSN: 2764-6300

# **ENSINO SUPERIOR EM TEMPOS DE PANDEMIAS: VIVÊNCIAS ACADÊMICAS DE ESTUDANTES DE DIREITO EM UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DO AGRESTE DE PERNAMBUCO**

HIGHER EDUCATION IN TIMES OF PANDEMICS:  
ACADEMIC EXPERIENCES OF LAW STUDENTS IN A  
PRIVATE INSTITUTION IN THE AGRESTE OF  
PERNAMBUCO

### **Vitória Midiã Ferreira Silva**

Bacharelanda em Direito pela ASCES-UNITA. E-mail:  
2019101631@app.ascses.edu.br

### **Elba Ravane Alves Amorim**

Professora da ASCES-UNITA; Mestre em Direitos Humanos; Doutoranda em Educação Contemporânea. E-mail: elbaamorim@ascses.edu.br

**RESUMO:** Diante do isolamento social no período da pandemia da COVID-19, o sistema educacional precisou ser reinventado para dar continuidade as suas atividades. Nesse cenário, pode-se afirmar que uma menor parcela social detentora do poder econômico foi favorecida devido ao fácil acesso aos recursos necessários e tecnologias para dar continuidade aos estudos, excluindo grande parcela da sociedade, os quais foram prejudicados em seu processo de aprendizagem. Em vista disso, o presente estudo buscou analisar como ocorreu o desdobramento do ensino superior em tempos de pandemia, em uma instituição privada do agreste de Pernambuco, a partir

das vivências acadêmicas de estudantes de Direito. A pesquisa de campo, obteve antes de realizada obteve aprovação do Comitê Científico e do Comitê de Ética. O método utilizado para a coleta de dados envolveu a aplicação de questionários, os quais foram distribuídos de maneira anônima entre os estudantes. A escolha por formulários impressos visou garantir a confidencialidade das respostas, além de assegurar que a participação ficasse restrita a 110 estudantes enquadrados no perfil definido para a pesquisa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pandemia, Direito, Educação, Ensino Superior.

**ABSTRACT:** Faced with social isolation during the COVID-19 pandemic, the educational system had to be reinvented to ensure the continuity of its activities. In this scenario, it can be stated that a smaller social segment with economic power was favored due to easy access to the necessary resources and technologies to continue their studies, excluding a large portion of society who were disadvantaged in their learning process. In light of this, the present study sought to analyze how higher education unfolded during the pandemic at a private institution in the agreste region of Pernambuco, based on the academic experiences of law students. The field research, approved by both the Scientific Committee and the Ethics Committee, aimed to examine the dynamics of higher education during the pandemic. The method employed for data collection involved the administration of questionnaires, which were distributed anonymously among the students. The choice of printed forms aimed to ensure the confidentiality of responses, as well as to restrict participation to 110 students fitting the profile defined for the research.

**KEYWORDS:** Pandemic, Law, Education, Higher Education.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

## 1. INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19, foi marcada por desencontros sociais e políticos no Brasil, não havia simetria entre a tomada de decisão dos

governos federal, estaduais e municipais, políticas públicas foram negligenciadas e o cenário ficou caótico, e as mortes atingiram 667.790 (Brasil, 2022).

Diante do isolamento social, o sistema de educação foi assumindo uma nova roupagem, com as tecnologias que favorecem aos detentores do poder econômico, excluindo grande parcela da sociedade. Professores/as e estudantes, tiveram que se reinventar, para darem continuidade aos estudos tendo em vista o isolamento.

No curso da pandemia, várias pesquisas foram realizadas, trazendo à tona os descasos com a saúde pública, a violência, as perdas de garantias de direitos especialmente na educação como bem descrevem os autores:

Escolas públicas e privadas em todo o país fecharam as portas em março e umas poucas reabriram recentemente, seguindo novos protocolos. A pandemia escancarou as desigualdades sociais antigas e introduziu outras. Nem a quarentena, o direito de se reservar e de se proteger, foi possível para todos. Tampouco o de se despedir dos entes queridos. (Galian; De Pietri; Guizzo; Marcello; Müller, p. 01, 2020)

No presente estudo, analisamos como estudantes universitários/as ultrapassaram esse período, especificamente na região agreste, território que boa parte da população sobrevive economicamente da feira e das atividades direta e indiretamente a ela relacionada, boa parte das atividades informais e que tiveram suas atividades interrompidas, impactando na renda das pessoas.

O agreste de Pernambuco, conta com diversas Instituições de Ensino Superior, públicas, privadas e comunitária, das IES que ofertam o curso de Direito, nenhuma é pública, duas são privadas e uma é comunitária.

Através desse estudo, construímos o perfil desses/as estudantes, as condições que acessavam as redes de internet para participar das aulas, se tinham acesso a computadores e notebooks, se o ambiente domiciliar favorecia o processo de aprendizagem, se os conteúdos foram apreendidos de forma satisfatória ou se fatores socioeconômicos decorrentes da pandemia prejudicaram o processo de aprendizagem, é importante refletir e analisar as experiências desencadeadas para que seja possível produzir conhecimento que colabore com crises futuras que possam afetar o sistema de saúde e educação.

Partimos então na busca de resposta para a seguinte questão epistemológica: O processo de ensino e aprendizagem durante as aulas gravadas de disponibilizadas havia acesso concomitante a conteúdos de entretenimento que pode ser considerado como desviante e prejudicial ao aprendizado?

O objetivo geral foi analisar as vivências acadêmicas de estudantes de Direito de uma instituição de ensino privada no Agreste de Pernambuco no período de distanciamento social provocado pela COVID 19. E a pesquisa teve como objetivos específicos:

- a) Construir o perfil dos/as estudantes de Direito que vivenciaram a experiência.
- b) Identificar as formas de acesso desses estudantes às aulas remotas.
- c) Verificar as condições de acesso às aulas e conteúdos programáticos.

O estudo de caso que “[...] busca examinar aspectos variados da vida do indivíduo, família, grupo ou comunidade que seja representativo do universo estudado.” (Asces, 2019, p. 21), ocorreu a partir da aplicação de questionários em uma instituição de ensino superior privada que oferta o curso de direito no agreste de Pernambuco. Optou-se por adotar os formulários impressos, sem identificação dos estudantes e coleta em sala de aula para assegurar proteção dos dados e certeza do preenchimento apenas por estudantes dentro do perfil da pesquisa. Importante destacar que no momento da coleta dos dados, foram adotadas as medidas de segurança vigentes na época. Adotou-se a abordagem qualitativa, pois, busca compreender vivências, “[...] vale-se da interpretação dos fenômenos e da atribuição de significados, a partir da análise do ambiente natural (método indutivo)” (Asces, 2019, p. 22). Adotou-se ainda a amostra por conveniência “[...] neste tipo, o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que esses possam, de alguma forma, representar o universo. São aplicadas geralmente em estudos exploratórios ou qualitativos, nos quais não é requerido elevado nível de precisão” (Asces, 2020)

Assim, considerando que o agreste de Pernambuco conta 6 (seis) instituições de ensino superior que ofertam o curso de Direito, nas seguintes localidades Caruaru (três IES ofertam o curso de Direito), Garanhuns (duas IES ofertam o curso de Direito) e Belo Jardim (uma IES oferta o curso de Direito), totalizando 1.220 vagas por ano de acordo com o número de vagas ofertado e disponibilizado no site das instituições e do Ministério da Educação. Optou-se por realizar a pesquisa na instituição de ensino superior localizada em Caruaru-PE, cujo número de ingresso anualmente é 330

estudantes. Assim, considerando que não é possível acessar com precisão o número de estudantes que cursaram períodos letivos durante a pandemia da COVID19, pois, são dados internos, para chegar a amostra dessa pesquisa, tomou-se por base a estimativa de 330 estudantes de Direito que ingressam por ano na faculdade privada no agreste de Pernambuco onde a pesquisa foi realizada, considerando a margem de erro de 5%, o que indica que o resultado poderá variar cinco pontos percentuais para mais ou para menos na pesquisa e o nível de confiança de 80%, aplicou-se o questionário para 110 estudantes que tiveram aulas remotas durante a pandemia.

Para análise de dados utilizou-se a análise de conteúdo, Chizzotti (2006, p. 98), observa que “[...] o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”, após a catalogação dos dados, obteve-se:

- A) Perfil dos estudantes
- B) Recorte de gênero e raça dos estudantes
- C) Formas de acesso desses estudantes às aulas remotas
- D) Condições de acesso às aulas e conteúdos programáticos
- E) Relação entre questões socioeconômicas e as condições de acesso às aulas

## **2. EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA**

A pesquisa em educação pode contribuir com mudanças e adaptações, um exemplo disso é o contexto atual que nos coloca diante de

câmeras e sistemas midiáticos para estudar como estudantes e educadores/as percebem a necessidade de mudar para romper com paradigmas como bem descreve Zaia Brandão:

Mesmo no período clássico, em que houve momentos relativamente longos de estabilidades, ocorreram mudanças, muitas vezes significativas, nas teorias e modelos explicativos, embora se possa sempre argumentar trata-se de mudanças dentro de um mesmo paradigma ou quadro conceitual. (2007, p. 18)

A reflexão da pesquisadora parece bastante atual porque ajuda a problematizar a realidade dos estudos atuais especialmente no campo da educação, ao nos reportar para o aprofundamento dos métodos de pesquisas e nas estruturas cristalizadas dos currículos educacionais, em outras palavras a autora descreve que “[...] a crise de paradigmas se opõe assim ao que chama de ciências normal, período de estabilidade em que há uma aceitação generalizada de determinados modelos teóricos explicativos”. (BRANDÃO, 2007, p. 18). As teorias já existentes ajudaram professores e estudantes a manterem-se com o compromisso de dar continuidade aos processos educativos no período da pandemia, no entanto, o como seguir, como conduzir o processo de ensino e aprendizagem precisou ser descoberto e construído, pois, era uma experiência totalmente nova.

A experiência no campo da educação durante a pandemia exigiu que educador/a e educandos/as a romperem com os modelos moldados nos padrões e mobilizou todos/as a reconhecer as contribuições dos estudos anteriores, mas perceber que estes modos de fazer ciência, ensino e educação pode e deve ser questionado.

Contextos novos, exigem novas pesquisas científicas para sermos capazes de produção de novos conhecimentos, como bem observa Zaia Brandão:

Não é mais possível recorrer à tradição clássica, ao saber adquirido, às instituições, uma vez que precisamente estes estão sendo questionados, já que as teorias que defendiam foram postas em terra. É, portanto, no próprio indivíduo, em sua natureza sensível e racional, que estes pensadores vão buscar os fundamentos para as novas teorias científicas. (Brandão, 2007, p. 21)

A pandemia fez com que estudantes entrassem nas casas dos/as professores/as, mas, não há certeza que professores puderam entrar nas casas dos/as de todos/as os/as estudantes e se encontram ambiente propício para o aprendizado. Zaia Brandão aponta que “[...] a Educação fica desorientada. Orfandade é o sentimento que em geral se experimenta. Uma orfandade ideológica. O horizonte que existia já não existe.” (Brandão, 2007, p. 61)

A reflexão de Brandão nos faz compreender que a educação passa pelos mesmos processos contraditórios e contingentes por qual passa a sociedade, pois, é parte dela, assim, não há possibilidade de permanecer estagnada, desse modo as pesquisas em educação e no direito, precisam entrar em contato com a realidade contraditória no qual os sujeitos estão inseridos, compreender as vivências desses/as estudantes nesse período para assim avançar na construção de práticas educativas capazes de manter-se eficiente em contextos adversos como foi/é a pandemia da COVID-19.

São muitos os caminhos pelos quais se pode pensar a experiência vivenciada durante a pandemia e a partir daí buscar alternativas, tendo em

vista que este momento trouxe à tona várias demandas que estavam encobertas, especialmente ao nos referir a educação e ao direito, por isso, nesse estudo optou-se por pesquisas no campo educação e para tanto, iremos nos valer das discussões de Márcia Betânia de Oliveira, ao problematizar a abordagem pós-estruturalista no campo da educação, destaca a autora:

Pesquisas pós-estruturalistas e pluralistas: rompem com modelos lineares, constituindo-se como um diferencial significativo quando comparados com pesquisas que dispensam o emprego de referenciais teóricos para fundamentar análises políticas quando investigadas; estimulam o pesquisador a analisar tanto o contexto amplo quanto os aspectos microcontextuais (escolas, salas de aula etc.). (2018, p. 05)

Em uma sociedade que traz em seus eixos as consequências da colonialidade, refletir sobre a educação neste contexto é difícil e requer mergulhar em fontes que proporcionem entendimentos sobre as aprendizagens, assim como os métodos para uma análise, que contemple as/os diversos, contextos e realidades. Não é suficiente entender como foi o processo educativo em países europeus ou na América do Norte nesse período, ou até mesmo, em outras regiões do Brasil, é fundamental compreender os processos educativos a partir da realidade dos/as estudantes da região.

Paulo Freire (2009, p. 08), observa que “Estudar é realmente, um trabalho difícil. Exige de quem o faz uma postura crítica, sistemática. Exige uma disciplina intelectual que não se ganha a não ser praticando”, e professores tiveram que estudar para ensinar na esperança que estudantes aprendessem. Foi preciso aprender para continuar o processo de ensino e

aprendizagem utilizando as mais diversas plataformas, muitas nunca acessadas.

Walter Omar Kohan (2020, p. 04/05) destaca que o efeito da necropolítica em tempos de pandemia na educação brasileira:

Nesse cenário, a educação no Brasil encontra-se encurralada entre a pandemia e a necropolítica. Enquanto assistimos a cenas de corpos apilhados nos hospitais e nos cemitérios das grandes cidades, alguém poderia perceber, com diferente grau de satisfação, a morte da própria escola. Com efeito, para os discursos mais conservadores e regressivos, a pandemia poderia ser uma oportunidade propícia para distanciar de vez a educação[...]

Foi preciso buscar esperança no meio do caos, e particularmente as bases para esse esperar foi encontrada nas lições Paulo Freire (1997, p. 09), quando o autor que foi advogado mas optou por dedicar-se a educação observa que "O processo de ensinar, que implica o de educar e vice-versa, envolve a "paixão de conhecer" que nos insere numa busca prazerosa, ainda que nada fácil." Foi preciso conhecer um universo novo, ao menos, para muitos/as estudantes e professores, tais como: Google Classroom, Meet, Moodle, Zoom, etc, se os estudantes são da geração Z, com muita habilidade nas redes sociais como instagram, facebook, tictok, twiter e youtuber, não acessavam as plataformas educativas e não usavam as redes como possibilidades para atividades educativas.

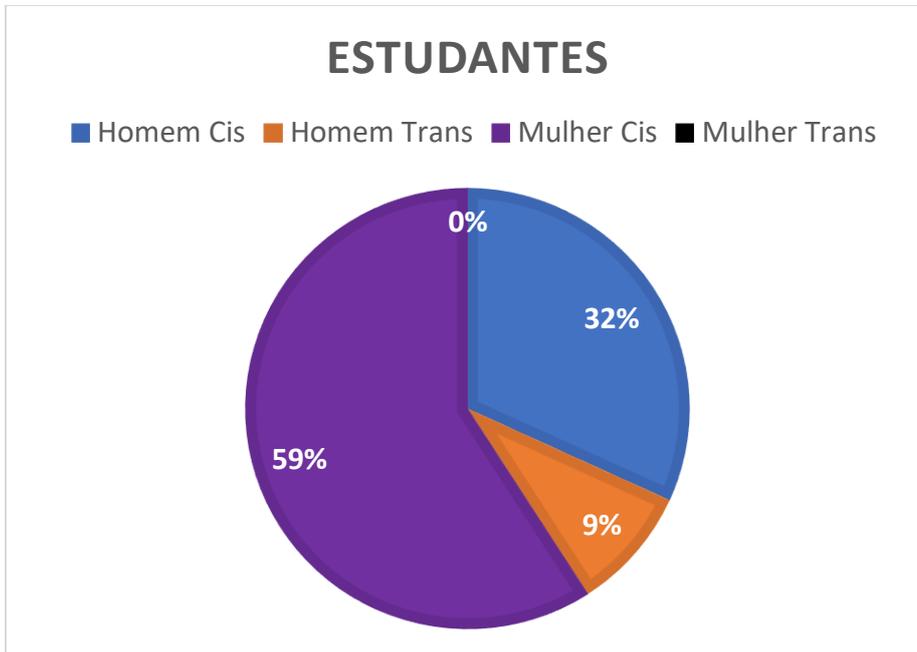
Vale assim, destacar os ensinamentos de José Moran (2020, p. 05) que observa: "O acesso contínuo a redes sociais traz informações interessantes, mas tende a desviar-nos do objetivo inicial de um trabalho ou projeto, se não estivermos muito atentos e pode manter-nos num nível de conhecimento superficial."



## 2. RESULTADOS DA PESQUISA

Após a aplicação dos questionários, no semestre de 2023.1 entre estudantes matriculados na IES no período da pandemia (2020.1 a 2021.2), verificou-se que no tocante ao faixa etária, a maioria é composta por jovens, visto que, dos 110 participantes da pesquisa, 97 tinham entre 19 e 29 anos de idade. De acordo com a Lei 12.852/2013 (art.1º, §1º), “[...] são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.”

No tocante a identidade de gênero, observa-se a predominância das mulheres, conforme mostra o gráfico a seguir:



O que representa um avanço, visto que como observa Kaizô Iwakami Beltrão e José Eustáquio Diniz Alves (2009, p. 128), as mulheres foram historicamente excluídas do Ensino Superior no Brasil:

Se o sexo feminino tinha dificuldades de acesso ao ensino elementar, a situação era mais dramática na educação superior, que era eminentemente masculina. As mulheres foram excluídas dos primeiros cursos de Medicina (1808), Engenharia (1810) e Direito surgidos no país. O decreto imperial que facultou à mulher a matrícula em curso superior data de 1881. Todavia, era difícil vencer a barreira anterior, pois os estudos secundários eram essencialmente masculinos, além de caros e os cursos normais não habilitavam as mulheres para as faculdades. A primeira mulher a obter o título de médica no Brasil foi Rita Lobato Velho Lopes, em 1887. O importante a notar é que, durante o século XIX e a primeira metade do século XX, a exclusão feminina dos cursos secundários inviabilizou a entrada das mulheres nos cursos superiores.

Sobre a autoidentificação de raça, 47% afirmou ser branca, 40% parda, 10% negra, 2% não quiseram responder e 1% indígena. O que também representa uma ruptura de paradigma visto que em decorrência do racismo estrutural, historicamente pessoas negras, pardas, não brancas, estiveram fora das universidades. Sobre o racismo estrutural, importante trazer as lições de Silvio Luiz de Almeida (2019, p.15) “[...] o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade”.

Acerca do território, 65% alegou residir em área urbana próximo ao centro, 28% em área urbana distante do centro e 7% em área rural. Para a Professora Pós-Doutora Allene Carvalho Lage (2013, p.36) “[...] o território é o lugar da história e onde se constrói a historicidade dos sujeitos e das lutas sociais”. O que observamos na presente pesquisa, é a ausência de jovens oriundos/as de comunidades rurais entre os/as entrevistados/as o que talvez reflita a ausência de jovens do campo cursando Direito na região agreste de Pernambuco.

Questionadas/os sobre a presença de crianças na residência, 76% afirmaram não haver, 14% possuíam irmãos, 6% possuíam, sendo estes com outro vínculo de parentesco e 4% possuíam filhos.

Quanto a atenção que essas crianças demandavam a atenção durante as aulas, 37% alegaram que não havia demanda das crianças, 39% responderam positivamente, 22% não quiseram responder e 2% não souberam responder.

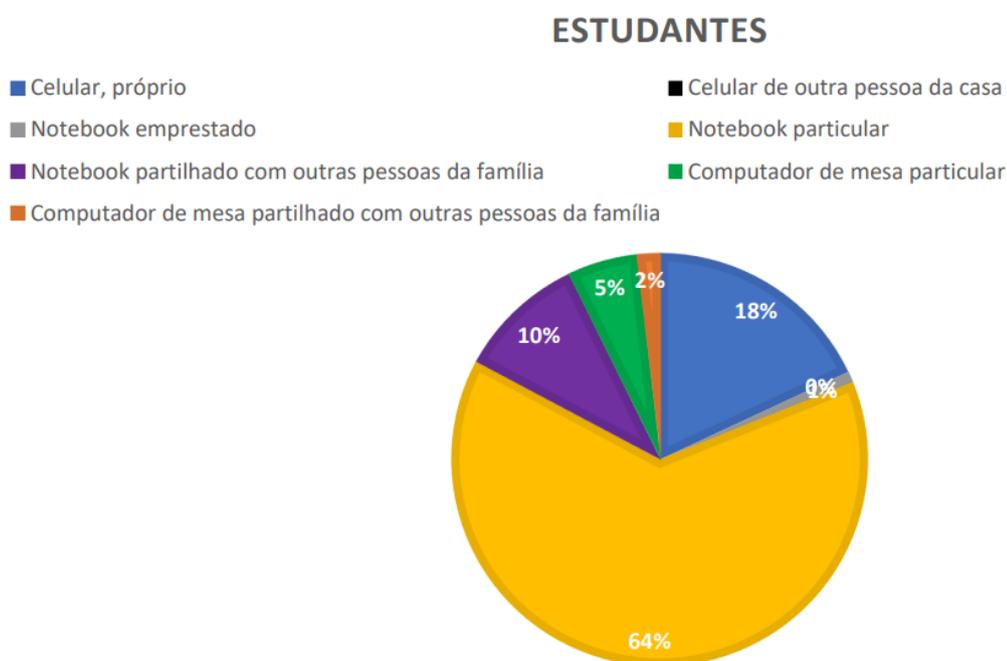
Assim, os dados sugerem que uma parcela significativa dos entrevistados não tem crianças em casa, mas entre aqueles que têm, há uma diversidade de relações familiares. Uma porcentagem considerável mencionou que as crianças demandam atenção durante as aulas, o que pode ter implicações no ambiente de estudo e na concentração dos/as entrevistados/as durante as atividades educacionais.

Ao serem perguntados/as se assistiam a aula no horário regular ou através de gravação, 79% respondem que assistiam em horário regular. Isso significa os/as estudantes optaram por manter uma rotina de estudo, acessando os conteúdos no momento em que as aulas foram originalmente programadas e ministradas, revela também, que mesmo diante das adversidades da pandemia, os/as estudantes optam pela abordagem síncrona, e não pela abordagem assíncrona, onde poderiam assistir a gravações das aulas em momentos mais convenientes para eles/as.

No que diz respeito ao acesso à internet, 89% afirmaram ter acesso durante a pandemia. Apesar de o percentual ser elevado, é preocupante que 11% tenham respondido não ter acesso à internet. Isso é

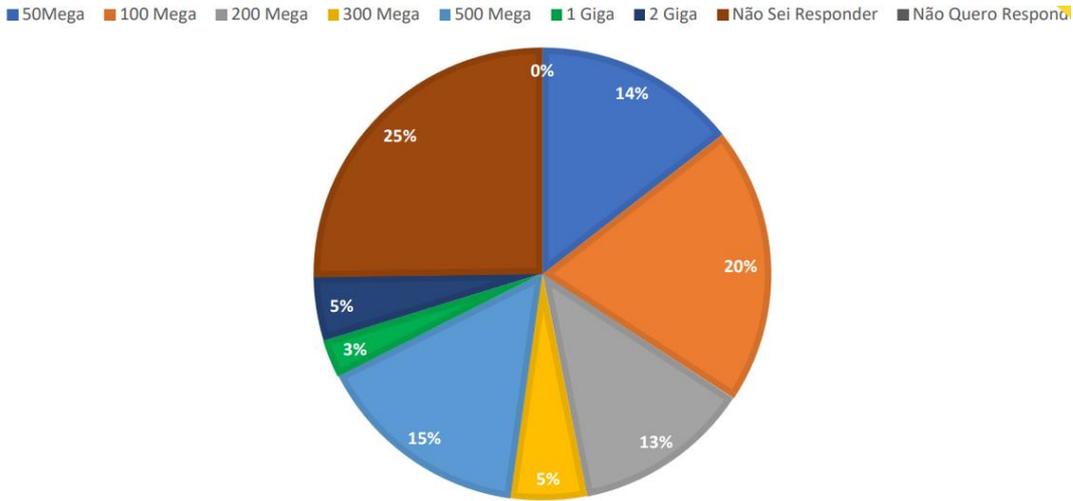
especialmente relevante, considerando que o acesso é essencial para participar das aulas. Significa que esses indivíduos tiveram negado o direito à educação e, conseqüentemente, sua formação acadêmica foi prejudicada.

A pesquisa aponta que apenas 64% dos/as participantes possuíam notebook particular para acessar o conteúdo das aulas e 18% acessavam as aulas via celular:

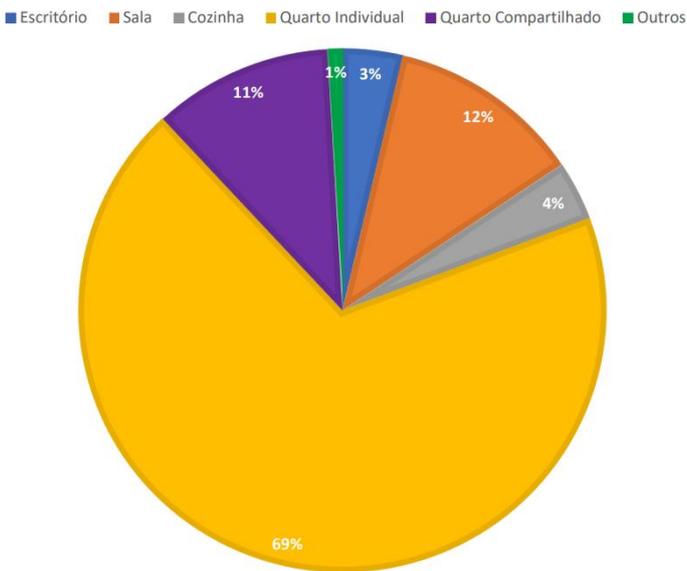


Quando consideramos a capacidade ou potência da internet entre os participantes, observamos que 25% não souberam responder a essa questão. Entre aqueles/aquelas que compartilharam suas informações, 20% acessaram as aulas utilizando uma conexão de 100 Mega, 15% tinham uma velocidade de 500 Mega, 14% utilizavam uma conexão de 50 Mega, e 13% contavam com uma velocidade de 200 Mega. Esses dados refletem a diversidade nas velocidades de conexão à internet entre os participantes,

destacando a heterogeneidade nas condições de acesso durante o período da pandemia.

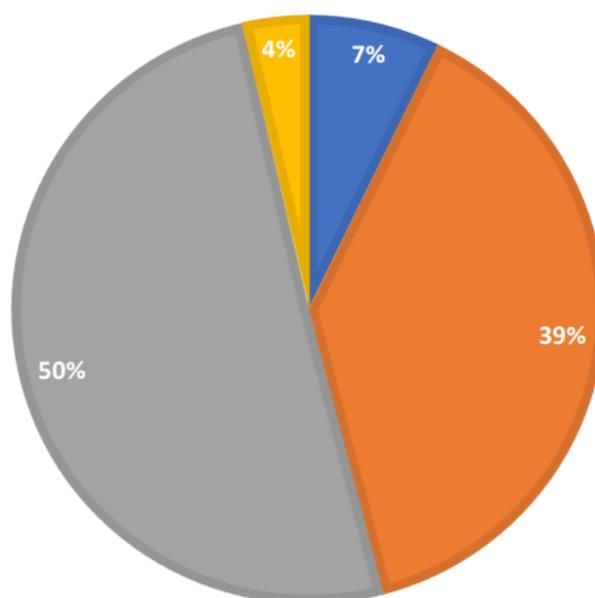


A informação de que 69% dos participantes revelaram utilizar um quarto individual para o estudo durante a pandemia sugere maior privacidade, reduzindo potenciais distrações e permitindo maior concentração nas atividades de estudo:



Ao questionar os participantes sobre o aprendizado dos conteúdos durante a pandemia, os dados revelam que 50% dos/as participantes da pesquisa consideraram o aprendizado como "insuficiente". Além disso, 39% avaliaram o aprendizado como "regular". Esses resultados apontam para desafios substanciais enfrentados pelos/as participantes durante pandemia, refletindo preocupações a adaptabilidade dos conteúdos e possivelmente questões relacionadas à qualidade das interações e recursos disponíveis, revelando um prejuízo no processo de ensino e aprendizagem.

■ Satisfatório ■ Regular ■ Insuficiente ■ Não Sei Responder



No último quesito do questionário, as pessoas poderiam optar por livremente relatar sua experiência durante a pandemia, os poucos relatos fornecem uma visão multifacetada das dificuldades e desafios enfrentados

pelos participantes no contexto do ensino durante a pandemia. Os principais pontos levantados:

**I. Problemas na Internet:**

A conectividade inadequada pode ter sido uma barreira significativa para a participação eficaz nas aulas online.

**II. Impacto Psicológico:**

Dificuldades emocionais, como desmotivação e desestímulo, podem estar afetando o bem-estar psicológico dos/as estudantes participantes da pesquisa.

**III. Dificuldades de Concentração:**

A dificuldade de concentração e perda de foco podem ser desafios comuns no ambiente de aprendizado virtual.

**IV. Importância do Contato Físico:**

Muitos/as destacaram a percepção de que o contato físico desempenha um papel crucial no processo de ensino e aprendizagem.

**V. Adaptação e Obstáculos Familiares:**

Gravidez, atividades com filhos/as e ambiente familiar tumultuado foram mencionados como fatores que dificultaram o aprendizado.

**VI. Rendimento Baixo e Qualidade das Aulas:**

O rendimento baixo nas aulas pode estar relacionado a desafios percebidos na qualidade do ensino, incluindo a falta de domínio técnico por parte de alguns professores.

**VII. Perda de Experiências Acadêmicas:**

As pessoas entrevistadas reconhecem que a falta de interação presencial na sala de aula foi associada à perda de experiências acadêmicas valiosas.

Apenas seis pessoas mencionaram aspectos positivos da experiência, indicando que a maioria dos participantes teve uma experiência desafiadora.

## **CONCLUSÃO**

Ao analisar os dados abrangentes coletados, torna-se evidente a complexidade das experiências dos/as participantes durante o período com a educação superior, ao analisar especificamente os questionários aplicados para estudantes do curso de Direito, é possível verificar diferentes fatores sociais.

Majoritariamente são jovens, que se reconhecem como mulheres cis (59%). No quesito raça, a predominância de pessoas brancas (47%) e no quesito território, de pessoas urbanas (93%).

Já na composição familiar, a maioria dos/as participantes (76%) indicou não ter crianças em casa, enquanto outros mencionaram a presença de irmãos/irmãs (14%), parentes com outros vínculos (6%) e filhos (4%). A respeito da atenção demandada pelas crianças durante as aulas, 39% dos/as participantes relataram enfrentar esse desafio.

Ao considerar o acesso à internet, os dados revelam desigualdades significativas. Enquanto 89% afirmaram possuir acesso, os 11% que declararam não ter acesso destacam uma disparidade importante no acesso à educação durante a pandemia. Essa disparidade pode estar relacionada a fatores como gênero, raça e território, que podem influenciar o acesso a recursos tecnológicos.

No que tange à capacidade da internet, o estudo revela condições variadas de conectividade entre os/as participantes. Essas disparidades podem ser exacerbadas por fatores socioeconômicos, incluindo questões de gênero e território.

Ao abordar o espaço utilizado para estudo, observa-se que 69% dos/as participantes mencionaram o uso de um quarto individual. Esse aspecto pode ser influenciado por questões de território e condições de moradia.

Quando questionados sobre o aprendizado dos conteúdos durante a pandemia, 50% consideraram insuficiente, enquanto 39% avaliaram como regular. Essa avaliação crítica sugere desafios substanciais do ensino superior durante a pandemia, refletindo preocupações sobre a eficácia do método e a adaptação dos conteúdos.

Essas conclusões reforçam a necessidade de abordagens educacionais inclusivas e adaptáveis, considerando a diversidade de contextos nos quais diferentes estudantes vivenciam suas experiências.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural** / Silvio Luiz de Almeida. -- São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.

ASCES UNITA. **Manual para elaboração de projetos** / Adrya Lúcia Peres Bezerra de Medeiros (organizador). – Caruaru/PE: Ascens, 2019. 926 kb; e-book.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami. ALVES, José Eustáquio Diniz. **A Reversão Do Hiato De Gênero Na Educação Brasileira No Século XX**. Cadernos de Pesquisa, v.39, n.136, p.125-156, jan./abr. 2009.



BRANDÃO, Zaia. **A crise dos paradigmas e a educação**. 10. Ed – São Paulo, Cortez, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilao.htm). Acesso em 10/05/2022.

BRASIL. **Painel Coronavírus**. Disponível em <https://covid.saude.gov.br/> Acessado em 11/06/2022

CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHIZZOTTI, A. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios**. Revista Portuguesa de Educação. vol. 16, No 002. Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2006.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo, OLHO d'água, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KOHAN, Walter Omar. **Tempos da escola em tempo de pandemia e necropolítica**. Disponível em <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>

LAGE, Allene. **Educação e movimentos sociais: caminhos para uma pedagogia de luta** / Allene Lage. - Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2013

LOPES, Jorge. **O Fazer do Trabalho Científico em Ciências Sociais Aplicadas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.



MASSCHELEIN, Jan. **Em defesa da escola: uma questão pública** / Jan Masschelein, Maarten Simons; tradução Cristina Antunes. -- 2. ed. -- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008

MORAN, José. **Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda**. Disponível em [http://www2.eca.usp.br/moran/wpcontent/uploads/2013/12/metodologias\\_moran1.pdf](http://www2.eca.usp.br/moran/wpcontent/uploads/2013/12/metodologias_moran1.pdf)

OLIVEIRA, Marcia Betania de. **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: perspectivas teóricas para pesquisas sobre políticas de currículo**. Revista Brasileira de Educação [online]. 2018, v. 23 [Acessado 15 Agosto 2021] , e230081. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230081>